



## COMISSÃO ESPECIAL

### PARECER

**MATÉRIA: MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 061/2023**

**AUTORIA: GOVERNADOR WILSON MIRANDA LIMA**

**RELATORA: DEPUTADA DÉBORA MENEZES**

APROVA os nomes que especifica para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/AM.

## I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta relatoria, para apreciação e consequente parecer, Mensagem Governamental Nº 061/2023, que submete a esta Casa Legislativa a aprovação dos nomes indicados para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/AM para o cumprimento de restante de mandato correspondente ao quadriênio 2021/2024.

Designada Relatora, na forma regimental, passo a opinar.

É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

A referida proposta encontra amparo na Constituição Estadual e tem como escopo opinar sobre os nomes indicados para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/AM, que representam a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado da Assistência Social no Colegiado, para completarem o mandato de 4 (quatro) anos, correspondente ao quadriênio 2021/2024.

As indicações foram formalizadas por intermédio do Ofício CEDIM n.º 018/2022, subscrito pela Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, cujas reproduções acompanham esta Mensagem, juntamente com o currículo das indicadas.





Sobre as normas que regem a constituição do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/AM, trago a baila a Lei Nº 3.492 de 29/03/2010, *in verbis*:

Art. 2º O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher será composto paritariamente por 16 (dezesesseis) membros efetivos e respectivos suplentes, formado por representantes do Poder Público e de entidades não governamentais de defesa dos direitos da mulher, entidades de atendimento, legalmente constituídas e com atuação em âmbito estadual, com a seguinte composição:

(...)

§ 2º O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral do Colegiado serão eleitos entre seus pares, em reunião específica para este fim, devendo também ser nomeados pelo Governador.”

Por oportuno, compete a esta Comissão Especial, em atendimento às determinações do supracitado art. 51 do Regimento Interno, analisar e emitir parecer nos casos de indicações sujeitas à aprovação desta Assembleia Legislativa. Vejamos:

**Art. 51.** As Comissões Especiais são constituídas para fim determinado, por proposta da Mesa Diretora ou a requerimento subscrito por um terço dos Deputados, sujeito à deliberação do Plenário, destinadas a:

I - emitir parecer sobre:

(...)

d) escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas e **indicações sujeitas à aprovação da Assembleia;** (Grifo nosso)

A Constituição do Estado do Amazonas, no Art. 28, XVII, dispõe sobre a competência desta Casa na deliberação da matéria. Vejamos:

Art. 28. É de competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

(...)

XVIII - aprovar, perviamente, a escolha de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e, à exceção dos membros natos, dos **integrantes dos Conselhos e Comitês Estaduais de competência deliberativa.** (g.n)

Portanto, no que tange aos nomes indicados para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, entendo, com base nos currículos anexados ao projeto, possuírem





atribuições necessárias para desenvolverem seus trabalhos e competências sem qualquer impedimento.

### III – VOTO

Ante o exposto, observados os requisitos legais exigidos para o caso em epígrafe, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação da **Mensagem Governamental N. 061/2023**, concluindo com o Projeto de Decreto Legislativo anexo, conclamando, assim, os Nobres Pares para idêntico proceder.

**SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 08 de agosto de 2023.

**Deputada DÉBORA MENEZES**

**Relatora**

